

O LUGAR DO CRIME
NO MERCOSUL:
AS FRONTEIRAS DA
COOPERAÇÃO JURÍDICA
INTERNACIONAL
CONTEMPORÂNEA

Dissertação de doutoramento em Altos
Estudos Contemporâneos (Área de Ciência
Política), apresentada à Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra, sob a orientação
do Doutor Rui Luís Vide da Cunha Martins.

Sandro Brescovit Trotta



Verbo Jurídico
editora

Catálogo na Fonte

T858l Trotta, Sandro Brescovit

O lugar do crime no Mercosul : as fronteiras da
cooperação jurídica internacional contemporânea / Sandro
Brescovit Trotta. – Porto Alegre : Verbo Jurídico, 2013.
336 p. ; 21 cm.

Apresentado anteriormente como Tese de Doutorado pela Faculdade
de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Doutor Rui
Luís Vide da Cunha Martins

ISBN: 978-85-7699-444-2

1. Cooperação Internacional. 2. Acordos Internacionais. 3. Tratados
Internacionais. I. Martins, Rui Luís Vide da Cunha. II. Título.

CDD 341.1

Bibliotecária Responsável

SVS = 988.290 Ginamara de Oliveira Lima - CRB 10/1204

Editoração: Daniel Scheer
Projeto de Capa: Marcos Duarte



Verbo Jurídico
editora

Porto Alegre, RS

Av. Ipiranga, 2899

Fone: (51) 3076-8686

São Paulo, SP

Av. Paulista, 1.159 - conj. 411

Fone: (11) 3266-2724

Curitiba, PR

Rua Cândido de Abreu, 526 - Sala 611 B

Fone: (41) 3023-3063

✉ verbojuridico@verbojuridico.com.br
www.verbojuridico.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
1 COOPERAÇÃO, TERRITORIALIDADE E UNIVERSALIDADE.....	37
1.1 Localização do tema.....	38
1.2 Quebra de paradigmas.....	45
1.2.1 Cooperação e Soberania.....	48
1.2.2 A Cooperação e o Estado	53
1.2.3 A Cooperação e o Princípio da Territorialidade.....	61
2 FUNDAMENTOS DA COOPERAÇÃO PENAL TRADICIONAL.....	65
2.1 Localização do tema.....	66
2.2 Breves considerações históricas sobre os acordos de cooperação internacional.....	70
2.3 Cooperação Jurídica Penal Internacional	82
2.3.1 Conceito de Cooperação Penal Internacional.....	86
2.3.1.1 Designação	91
2.3.1.2 Cooperação e Assistência (ou auxílio)	94
2.4 Fundamentos e Natureza jurídica da cooperação penal internacional.....	97
2.4.1 Fundamentos	98
2.4.2 Natureza Jurídica.....	100
2.4.2.1 Jurisdição Própria.....	100
2.4.2.2 Jurisdição por delegação	101
2.4.2.3 Interação processual-funcional internacional.....	102
2.4.3 Os planos fundamentais da cooperação.....	104
2.4.4 Partes da Cooperação	104
2.5 Instrumentos (modalidades) de Cooperação Penal.....	104
2.6 Carta Rogatória	111
2.7 Graus de Assistência	115
2.8 Os limites da Cooperação Penal Internacional.....	119
2.8.1 Limites Formais	120
2.8.2 Limites Materiais	121

2.8.2.1 Especialidade.....	121
2.8.2.2 Ordem Pública.....	123
2.8.2.3 Reserva Política.....	130
2.8.2.4 Cooperação hábil a gerar ou viabilizar discriminação.....	132
2.8.2.5 Dupla Incriminação.....	132
2.8.2.6 Delitos políticos e delitos militares.....	134
2.8.2.7 Proibição do <i>ne bis in idem</i>	135
2.8.2.8 Prejuízo à investigação em caso de processo em curso no Estado requerido.....	137
2.8.2.9 Respeito às limitações probatórias no Estado requerido.....	137
2.8.2.10 Sigilo bancário e fiscal.....	139
2.8.2.11 Natureza Tributária do Delito e Questões Fiscais.....	140
2.9 Da Ampla Defesa do Concernido.....	143

3 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

CONTEMPORÂNEA EM MATÉRIA PENAL..... 149

3.1 Tratados Internacionais.....	150
3.1.1 Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Convenção de Viena).....	153
3.1.2 Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo).....	158
3.1.3 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida).....	164
3.2 Tratados Regionais.....	170
3.2.1 Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais do Mercosul.....	171
3.2.1.1 Comentários ao Protocolo de São Luis.....	177
3.2.2 Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal (Convenção da OEA).....	178
3.2.2.1 Comentários à Convenção da OEA firmada em Nassau.....	182
3.3 Quadro I - Características dos Tratados Internacionais examinados.....	183
3.4 Auxílio Direto.....	186
3.4.1 Auxílio direto como instrumento mais adequado para efetivação das medidas solicitadas.....	193
3.4.2 Auxílio direto como um dos mecanismos hábeis à efetivação da cooperação.....	195
3.5 Procedimentos no Auxílio Direto.....	196
3.5.1 Quadro II – Espécies de Pedidos de Cooperação Internacional.....	201
3.6 Autoridade Central.....	202
3.6.1 Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRCI).....	213

3.7 Do Dever de Cooperar	216
3.7.1 Mecanismos de Soluções de Controvérsias no Direito Internacional Contemporâneo	216
3.7.2 As Soluções de Controvérsias na Organização das Nações Uni- das	217
3.7.3 O Dever de Cooperar no Plano Internacional	217
3.7.4 O Papel da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança.....	219
3.7.5 A Corte Internacional de Justiça	222
3.7.6 O Problema da Multiplicidade de Mecanismos de Solução de Controvérsias – O Caso das Papeleiras (Argentina v. Uruguai).....	225

4 A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

NO MERCOSUL EM MATÉRIA PENAL	229
4.1 Considerações iniciais.....	230
4.2 Da Cooperação Internacional na União Europeia	234
4.2.1 Da Cooperação, em Matéria Penal, em um Espaço Judicial Eu- ropeu	238
4.2.2 Os Magistrados de Ligação	240
4.2.3 Rede Judiciária Europeia.....	241
4.2.3.1 Composição e Funções da Rede Judiciária Europeia (RJE).....	241
4.2.3.2 Funcionamento da Rede Penal	241
4.2.4 Eurojust	242
4.2.5 Da Interação Funcional da Eurojust com demais Órgãos.....	244
4.2.6 Princípios reitores da cooperação judicial em matéria penal na União Europeia.....	246
4.3 A Delimitação do Tema Cooperação no Mercosul	253
4.3.1 Acordos Antecedentes. Processo de Formação do Mercosul	254
4.3.2 Natureza Jurídica do Mercosul (Intergovernamentalidade X Supranacionalidade).....	259
4.3.3 Estrutura do MERCOSUL	263
4.3.3.1 Estrutura Política.....	263
4.3.3.2 Estrutura Judicial.....	265
4.3.4 Análise de casos de cooperação entre os países do Mercosul	271
4.3.4.1 Pedidos de Cooperação Internacional no Uruguai	271
4.3.4.2 Pedidos de Cooperação Internacional na Argentina.....	275
4.3.4.3 Pedidos de Cooperação Internacional no Paraguai	279
4.3.5 Relatório Estatístico de Atividades do Departamento de Recupe- ração de Ativos e Cooperação Internacional	282
4.3.5.1 Análise estatística com base em informações do sítio oficial do Ministério da Justiça	283

4.3.5.2 Análise estatística da Coordenação Geral de Recuperação de Ativos do DRCI no mês de junho de 2011	286
4.3.6 Casos em Andamento	294
4.4 Diagnóstico da cooperação em matéria penal nos países do Mercosul.....	299
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	303
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	327